

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 173

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE NOVEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Luiz Fernandes da Silva Litro e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghelhere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados)

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados)

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 3976

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto plenário, retirada por 01 Sessão, da discussão e votação do item 20, Projeto de Lei 287/2001, da presente Sessão Ordinária, oriundo da Mensagem Governamental nº 024/2001.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 614/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública da Associação dos Amigos da Pastoral da Criança da Dio-

cese de Palmas e Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Pastoral da Criança é uma entidade filantrópica não governamental, que trabalha com ações básicas de saúde, educação, nutrição, e cidadania, junto às famílias, sobretudo nos bolsões de pobreza, atendendo crianças de zero a seis anos de idade, gestantes, nutrízes e idosos.

O trabalho é essencialmente domiciliar e tem como finalidade garantir a qualidade de vida para as crianças, famílias e comunidades através da formação, informação e educação para uma cultura de paz, combate à desnutrição e mortalidade infantil. Todo esse trabalho é realizado de forma educativa, ensinando as pessoas a se libertarem do assistencialismo, das dependências e a se auto-promoverem através de pequenos projetos de geração de renda e capacitação para mão-de-obra qualificada. A realização desses trabalhos se dá de forma voluntária e solidária.

Assim, pelo exposto, solicitamos que seja declarada sua Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 615/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural de Agudos do Sul, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural de Agudos do Sul, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de São José dos Pinhais, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho de promover atividades esportivas/culturais, representando seus associados junto aos órgãos competentes e às autoridades em geral.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 616/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos, município de Cianorte, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores dos Seis conjuntos, município de Cianorte, Estado do Paraná, é sociedade civil sem finalidade lucrativa, que tem a finalidade de promover o desenvolvimento humano, cultural, social e econômico e o bem-estar da população dos seus conjuntos, através de atividades educativas.

A diretoria e voluntários realizam importante trabalho no sentido de estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais e com a colaboração da comunidade e o poder público, pleiteiam as necessárias soluções.

Considerando os motivos citados, contamos com o apoio dos senhores deputados para a aprovação da proposição ora apresentada.

PROJETO DE LEI Nº 617/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pesquero, localizada no Rio Jaguariaíva, afluente no rio Itararé, na Bacia Hidrográfica do Rio Parapanema, às coordenadas 24º07'58"S e 49º38'09"W, no município de Jaguariaíva.

Art. 2º - A construção da usina, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada à discussão do Relatório de Impacto ambiental (rima) em audiência pública, com a participação das populações atingidas pelo empreendimento, e o cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná- IAP.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A anuência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituiu-se em ato de extrema importância para a implementação da Pequena Central Hidrelétrica Pesquero, visto determinação contida no artigo 209, da Constituição do Estado do Paraná, que dispõe que dependerá da aprovação do Poder Legislativo a construção de centrais hidrelétricas no Estado.

Procuramos assegurar no texto deste projeto de lei, todas as garantias constitucionais e ambientais, condicionando a construção da usina a uma ampla discussão do Rima com a comunidade dos municípios envolvidos e ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Numa época de crise nacional de energia não precisamos nem justificar a importância desse empreendi-

mento, que temos a certeza será de grande valia para minorar a escassez energética em nosso Estado e no Brasil, num todo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 618/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º, acrescentando, também, parágrafo único, da Lei nº 13288, de 01 de novembro de 2001, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º -...

Art. 2º - O parcelamento poderá ser concedido em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

Parágrafo Único - Para quem solicitar o parcelamento em até 60 (sessenta) dias após a publicação da presente lei, estará dispensado do pagamento de multas e correção monetária”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Não tirando o mérito da iniciativa da Lei nº 13287, de 01 de novembro de 2001, estamos apresentando a presente proposição com o pagamento dos débitos inscritos na Dívida Ativa ou em execução judicial.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 619/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado, de Utilidade Pública, AMAJ - Associação de Moradores e Amigos de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os Estatutos devidamente registrados sob nº 10688, fls.19, Livro 2-A, Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Assis Chateaubriand, em data de 10.11.1998, é merecedora do recebimento de Utilidade

Pública por lei da Assembléia Legislativa do Paraná, pelo que solicitamos apoio dos nobres deputados.

PROJETO DE LEI Nº 620/2001
A Assembléia Legislativo do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado, de Utilidade Pública, o Núcleo Terapêutico Nova Vida, com sede e foro na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Com os Estatutos devidamente registrado sob nº 989, Livro A-04, em data de 27.03.2000, Registro Civil, Títulos e Documentos da Comarca de Rio Negro - PR, a entidade vem prestando relevantes serviços na prevenção, tratamento e recuperação de dependentes químicos.

É merecedora do reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, para o que o solicitamos aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 621/2001
A Assembléia Legislativo do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Estadual de Registro de Câncer - SISCAN.

Art. 2º - O SISCAN tem por finalidade a coleta e ordenamento permanente de dados de casos de tumores malignos, detectados em cidadãos residentes no Estado do Paraná.

Art. 3º - São objetivos do SISCAN:

I - identificar todos os novos casos de tumores malignos identificados nos habitantes do Estado;

II - identificar os grupos populacionais de riscos para tumores malignos;

III - manter cadastro que evidencie a cada ano os casos novos de tumores malignos diagnosticados em habitantes do Estado, por local anatômico de ocorrência, sexo, faixa etária e ocupação profissional do cidadão;

IV - avaliar e acompanhar, em conjunto com o Programa de Aprimoramento das Informações da Mortalidade do Estado do Paraná - PRÓ-AIM, a mortalidade por tumores, malignos;

V - participar de estudos epidemiológicos relativos à ocorrência de tumores malignos;

VI - planejar e auxiliar na realização de programas de controle e prevenção dos tumores malignos mais prevalentes;

VII - fornecer subsídios aos serviços que realizem o tratamento, a recuperação e o seguimento de pacientes com tumores malignos;

VIII - auxiliar na formação e na capacitação dos trabalhadores da saúde.

Art. 4º - É obrigatória a notificação ao SISCAN de todo e qualquer caso confirmado de tumor maligno em habitantes do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O Estado adotará as providências necessárias junto aos serviços privados, associados ou não ao Sistema Único de Saúde - SUS, para viabilizar a notificação tratada no “*caput*” deste artigo.

Art. 5º - O acesso aos dados do SISCAN é público, garantidas as justificativas técnicas e respeitados os preceitos éticos e morais.

Parágrafo Único - É mantido o sigilo referente aos dados identificadores dos cidadãos portadores de tumores.

Art. 6º - O SISCAN será divulgado através dos meios de comunicação de ampla difusão e circulação.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º - Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 9º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O conhecimento epidemiológico é fundamental para a organização das ações de Saúde Coletiva. Conhecer as doenças e entender como elas ocorrem na sociedade são requisitos básicos para a organização de atividade de controle e prevenção.

Os tumores malignos são uma das principais causas da morbidade e mortalidade no Paraná. Ao propor a criação do SISCAN - Sistema Municipal de Registro de Câncer, com base populacional no Estado do Paraná - pretende-se ampliar o grau de conhecimento sobre essas doenças na cidade.

Ao tornar obrigatória a notificação de todo e qualquer caso confirmado de tumor maligno no Estado, a partir da informação dos médicos envolvidos com ações diagnósticas, possibilita-se a criação de um sistema público, permanente, e que permitirá o acompanhamento com base anual de todos novos casos de neoplasias.

O sistema poderá fornecer informações sobre os principais locais anatômicos de ocorrência, assim como dados sobre a faixa etária, sexo e ocupação profissional dos cidadãos que apresentarem casos novos de tumores malignos. O SISCAN poderá contribuir para a identificação dos grupos populacionais com risco para neoplasias, o que permitirá que o Estado, através da Secretaria Estadual de Saúde, organize ações de controle e prevenção.

Ao atuar em conjunto com o Programa de Aprimoramento das Informações da Mortalidade no Estado do Paraná - PRÓ-AIM - poderá avaliar e acompanhar as tendências de mortalidade dessas doenças. O SISCAN também se integrará ao conjunto de serviços que realizam tratamento e preservação de pacientes com tumores malignos.

Outra finalidade do Sistema é propiciar condições para a realização de estudos e pesquisas, que poderão ser desenvolvidas através do acesso às informações do SISCAN. Assegura-se também no presente projeto de lei, o sigilo dos dados de cidadãos portadores de neoplasias, em respeito aos princípios de Bio-Ética.

Cumprе esclarecer que outras cidades brasileiras já dispõem de sistemas similares. Um exemplo é o município de Santos, que criou o Registro de Câncer com base populacional.

A criação do SISCAN insere-se em um conjunto de iniciativas que visam a difusão de informações à população, no sentido da criação de desenvolvimento de uma consciência sanitária. A aprovação pela Assembleia Legislativa propiciará um melhor conhecimento técnico-científico sobre esse grave problema de saúde pública, em prol de um Paraná mais saudável.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados e senhora deputada Luciana Rafagnin, caro deputado Waldyr Pugliesi.

Hoje pela manhã a Comissão de Defesa do Consumidor realizou mais uma audiência pública, no Plenário da Assembleia Legislativa, para discutir especificamente os diversos projetos que estão tramitando nesta Casa, visando a criação da Agência Reguladora dos Serviços Terceirizados, no Estado do Paraná.

Como é de conhecimento da Casa, existe um projeto enviado pelo Poder Executivo, criando especificamente a Agência Reguladora para os setores de energia, água e saneamento.

Existe um projeto do ex-deputado, hoje, vice-prefeito de Curitiba, Beto Richa, multi-setorial, que prevê a criação de uma agência para atuar em todos os setores terceirizados ou privatizados pelo Governo do Estado.

Um projeto do deputado Divanir Braz Palma, que prevê especificamente da Agência Reguladora para tratar

da questão dos pedágios, das rodovias pedagiadas e um projeto de minha autoria, também abrangente, impositivo visando a criação de uma Agência Multi-setorial para tratar dos setores terceirizados e privatizados pelo Governo do Estado.

Uma discussão importante com uma ampla participação de todos os segmentos organizados no Estado do Paraná, a FIEP, o CREA a Associação dos Engenheiros, a OCEPAR, está participando permanentemente das discussões o IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor, com a atuação nacional, a ADOC - A Associação de Defesa e Orientação do Consumidor, aqui de Curitiba.

Enfim, uma discussão profícua e aproveitando todas as experiências de todos esses segmentos, inclusive de técnicos do Governo do Estado, que estão participando, em nome da Secretaria do Planejamento, das discussões.

Estamos marchando para criarmos três Agências Reguladoras. Parece-me que está havendo um consenso nesse sentido, uma Agência Reguladora com autonomia administrativa e financeira, com autonomia para punir, multar até mesmo cassar as concessões ou os contratos dessas empresas terceirizadas, para atuar especificamente no setor de energia de um modo geral. Geração de energia, distribuição de energia, transmissão de energia, de um modo geral, inclusive o gás.

Há também uma discussão, no sentido que se cria uma Agência Reguladora especificamente para regular a questão da água, do esgoto e, também, do lixo, que poderia ser enquadrado nessa questão do saneamento.

E uma proposta da criação de uma Agência Reguladora inspirada na proposta do deputado Divanir Braz Palma. Estamos fazendo um substituto nesse sentido, que prevê a criação de uma Agência Reguladora para tratar da questão de infra-estrutura e ser privatizado e terceirizado no Estado do Paraná, como é o caso das rodovias, dos portos, das hidrovias, aeroportos e assim por diante.

Então, estamos apresentando na sequência, após mais uma rodada de discussão, três propostas em nome da Comissão de Defesa do Consumidor à Casa, para que seja submetido ao Plenário, criando essas três agências. Uma vez que é uma necessidade, é uma imposição do momento e das circunstâncias, o Governo deixa de atuar em muitos dos setores importantes da sociedade, passa para a mão da iniciativa privada, mas tem que haver Agência Reguladoras fortes e com autonomia. Porque senão, quem paga o preço e recebe o serviço de péssima qualidade é o consumidor, em última instância.

Então, a Comissão de Defesa do Consumidor, na ótica do consumidor, levando os interesses do consumidor, está fazendo esse trabalho. Essa audiência de hoje foi a terceira, se for necessário faremos mais uma, mais duas, mas queremos fazer um projeto amplamente discutido com a sociedade, para que criemos, uma ou mais agências para que, efetivamente, resguarde o direito do cidadão, resguarde o direito do consumidor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente e senhores deputados. na nossa tribuna da imprensa, onde estão credenciados jornalistas e homens ligados à televisão e ao rádio também se encontra presente, aquilo que é a esperança não só da imprensa do Paraná, mas como também de todos nós que possuímos uma família, que é a juventude do dia de hoje, que no dia de amanhã haverão de substituir um Jamur Júnior, haverão de substituir alguns outros grandes nomes da imprensa do Paraná, para fazer com que a imprensa cada dia melhore a sua qualidade, a sua perseverança, de sempre bem informar e traduzir os anseios do povo do Paraná.

Por isso, senhor presidente, estamos entrando com um requerimento de um voto de congratulações, que seja encaminhado.

(**Lê requerimento**)

“REQUERIMENTO

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados votos de congratulação aos estudantes de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná: Murilo Alves Pereira, Luiz Demétrio Janz Laibida e Yasmin Tamara Jucksch e, bem como aos professores doutores Ricardo Costa de Oliveira (Ciência Sociais) e Mário Messagi Júnior (Jornalismo) da UFPR e ainda à Folha do Paraná, através da jornalista responsável, Rosane Henn, pelos excelentes trabalhos desenvolvidos no âmbito deste Parlamento e em especial na elaboração de estudos acerca da situação e da história política e parlamentar do Estado do Paraná. Registre-se a carência de estudos sistemáticos e profundos acerca da história e da política paranaense, espaço este ora ocupado pelo talento e dedicação dos profissionais enumerados, cujos estudos certamente servirão de estímulo para novas pesquisas.

Sala das Sessões, em 20.11.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK”

Esse é o requerimento que fizemos e acredito que o douto Plenário irá aprová-lo, para nós testemunharmos aos senhores parlamentares desta Casa um reconhecimento daquilo que está sendo iniciado e propiciado aos estudantes de jornalismo, para que eles tenham a vivência. E para que aqueles senhores professores tenham a condição, através da avaliação feita neste Plenário.

O Sr. Nereu Moura

Quero parabenizá-lo por estar abordando este assunto, porque ao longo deste ano nós tivemos aqui na Assembléia o acompanhamento dos pesquisadores, dos professores da Universidade Federal em parceria com o jornal Folha do Paraná, fazendo uma cobertura diária dos principais acontecimentos aqui da Casa. E é fundamental

essa parceria do Jornal Folha do Paraná com a Universidade Federal, que destacou aqui alguns estudantes e professores para fazer uma radiografia da Assembléia e para fazer com que a população do Paraná conheça a Assembléia, os porões desta Assembléia Legislativa.

Os pesquisadores que aqui convivem conosco relatam a presença, a frequência, no Plenário, a participação dos parlamentares na Tribuna, enfim a nossa vida diária, como parlamentar. E se não fosse esse convênio, deputado Zuk, com certeza a população do Paraná teria mais dificuldades para conhecer a nossa convivência, a nossa labuta diária, aqui neste Parlamento.

Na verdade, está de parabéns, não só a Universidade Federal do Paraná, o curso de jornalismo, como também o jornal Folha do Paraná, por instituir esse acompanhamento, diário, da Assembléia Legislativa, fazendo com que os nossos eleitores possam acompanhar, saber das nossas atividades e do nosso comportamento, aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Quero cumprimentar V. Exa. pela felicidade que teve de abordar esse assunto, incentivando e destacando a participação dos alunos da Universidade Federal, dos professores e também do Jornal Folha do Paraná, pela extraordinária iniciativa que teve.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre deputado Nereu Moura e concedo o aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Zuk, quero também contribuir com meu aparte, concordando com as palavras do deputado Nereu Moura e de V. Exa. mas, ao mesmo tempo, fazer um desabafo.

Vossa Excelência sabe que quando se elabora um trabalho de conteúdo, de informação, nós temos um desgaste muito grande pela pressão que se sofre com a Base do Governo, enfim com a estrutura governamental. E eu devo confessar a V. Exa., tenho, até certo ponto, uma frustração, ao ler os jornais do Paraná hoje, porque revelei ontem a questão do Fundef, com dados, documentos, comprovação, desnudando uma administração malfadada, onde o governo recebe 500 milhões de reais para aplicar no Fundef e mistura na conta do Governo, e não saiu uma linha no jornal! Ninguém, não há uma manifestação!

Se acontecesse isso em Brasília ou em São Paulo, evidentemente, seria notícia. Por que não é aqui no Paraná? Porque o Governo gasta 2,4% do que arrecada em publicidade e propaganda, enquanto São Paulo gasta 0.06! Então nós temos que elogiar, sim, o trabalho, por vezes da imprensa, mas temos que, às vezes, também fazer uma constatação de omissão de trabalho, de informação.

Eu não vou me furtar de seguir a minha trajetória política, de revelar as minhas inquietações e não posso deixar de revelar também esta mágoa que, até certo ponto guardo, por não ver os fatos, as verdades estampadas nos

jornais, como se vê, quase sempre matérias, em favor do governante que está de plantão, porque está respaldado neste dinheiro, que só no ano de 98 poderia o Governo ter construído 70 mil casas populares.

Por isso, nós estamos nesta história de que o Paraná é sempre o melhor, o Paraná é sempre modelo, o Paraná é campeão em tudo. Estamos hoje na verdade, perdendo talvez espaço para o vizinho Estado da Santa Catarina, que cresce, que aumentou sua qualidade de vida, sobretudo o Vale do Itajaí. O Rio Grande do Sul, que aumenta a receita, dispara na frente do Paraná - o Paraná que era sempre campeão - então, nós temos que fazer, também, uma auto-crítica.

E esta auto-crítica não pode passar em branco, sem abordarmos, também, a questão da imprensa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte dos deputados Nereu Moura e Neivo Beraldin. Acredito que se o deputado Neivo Beraldin instrumentasse a imprensa aqui credenciada com aqueles números que V. Exa. nos deu a honra de ser repassado ao nosso gabinete, acredito e tenho certeza de que depois de manuseá-los, a imprensa do Paraná irá fazer com que a vontade de V. Exa. seja atendida, principalmente na comparação a ser feita através do orçamento, que V. Exa. por um estudo aprofundado, assim realizou e demonstrou ao Paraná que alguma coisa tem que ser mudada neste governo que aí está, para que não seja ele o exemplo dos futuros governos, pela malversação do dinheiro público, empregado principalmente numa linha que não vai de encontro com a razão e os anseios da família paranaense.

Senhor presidente, não posso e não tenho procuração para defender a imprensa do Paraná, mas acredito que ela dentro das suas limitações tem dado, realmente, contribuição. E aqui em nossas mãos, está uma das principais contribuições que a imprensa do Paraná tem dado para que a família do Paraná seja informada:

“Forum Vai Contestar Parcerias da Copel”; e logo embaixo: “Lerner - Vamos Vender”. É igual uma ordem unida de um quartel, onde “Ordinário, marche!” “Vamos vender!” “Se não conseguir preço, não conseguir fazer um leilão, faz um bingo da Copel. Associa alguns parceiros de bingo e vende num bingo. Mas, vende de qualquer maneira.

Então, a imprensa do Paraná tem dado, deputado Neivo Beraldin, e aqui está uma prova, realmente, das vontades que nós, da Oposição, às vezes mostramos.

O Sr. Moysés Leônidas

Se for bingo, quero umas cartelas, também. Quero concorrer.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

V. Exa. é capaz de ficar com o prêmio. Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhores.

Muito se tem falado, principalmente por parte da Oposição, da situação financeira do Estado do Paraná. Muito se tem acusado o Governo de ter desequilíbrio de caixa, de ter endividado o Estado, de ter oferecido resultados negativos na economia do Estado do Paraná, ao longo destes anos.

Muito mais do que falar, tanto para a Situação quanto para a Oposição, é preciso analisar números, resultados concretos, aferidos pelos órgãos competentes, não só do Estado do Paraná, mas muito especialmente pelo órgão nacional encarregado de analisar as contas públicas dos Estados brasileiros.

Por isso mesmo, o Ministério da Fazenda aprovou as metas do Programa de reestruturação e Ajuste Fiscal do Paraná estabelecidas para os anos de 2000.

A aprovação foi comunicada e eu tenho em mãos e vou ler ao final. Foi comunicado ao governador Jaime Lerner através de ofício encaminhado pelo Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa.

A Secretaria do Tesouro Nacional, senhor presidente avaliou 6 itens do Programa de Ajustes das Contas Públicas do Paraná e para desespero daqueles que teimam em afirmar que o Estado está quebrado, o atestado diz que o Paraná cumpriu todas as metas.

Foram feitas avaliações sobre a dívida estadual, superávit primário, as despesas com pessoal, a receita tributária, a alienação de ativos e investimentos.

E eu vou ler, na seqüência, a carta do Secretário do Tesouro Nacional. Um dos números que mais impressiona e um dos mais importantes, é o crescimento da receita tributária do Estado do Paraná, que aumentou em 162%, mais do que a meta estipulada no ajuste fiscal. O crescimento deveria ser de 5,5% no ano passado, mas a arrecadação aumentou em 14,46%. O superávit primário foi de 39%, maior do que a meta estabelecida no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal assinado pelo Governo do Paraná com o Governo Federal.

A União pedia para o Paraná um superávit de 478 milhões, mas o nosso Estado, graças à competência e à seriedade do secretário Ingo Hubert, alcançou 667 milhões no ano passado.

Nos dois primeiros quadrimestres deste ano, o superávit primário foi de 626 milhões, ou seja, se tirarmos a receita menos a despesa, excetuando-se obviamente os juros, o superávit operacional do Estado foi de 161 milhões.

Esta aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional, mostra que o Paraná faz com competência a lição de casa, ao contrário do que muito se tem falado, com todo respeito, mas muitas acusações sem fundamento técnico,

tentando se criar uma situação de instabilidade financeira, que graças à determinação do governador Jaime Lerner e a competência administrativa do secretário da Fazenda, Ingo Hubert, têm colocado o Estado do Paraná em situação privilegiada com relação aos demais Estados brasileiros. É necessário lembrar, ainda, que o Paraná se destaca, enquanto cinco Estados da Federação não cumpriram as metas da Lei de Responsabilidade Fiscal, isso de acordo com o jornal Estado de São Paulo, do dia 11 de novembro próximo passado. Ainda estão fora dos limites estabelecidos pela lei: o Estado do Rio Grande do Sul, que é efetivamente administrado pelo PT; o Estado de Minas Gerais, o Estado do Paraná, o Estado de Pernambuco e o Estado de Goiás.

Aqui no nosso Estado do Paraná, a despesa com pessoal, por exemplo, está em 47,9%, somente com a folha do Poder Executivo, quando o limite legal, todos nós sabemos, é de 49%.

Senhor presidente, estou falando no Pequeno Expediente. O Regimento não me permite conceder apartes, mas se puder, concederei aparte ao deputado José Maria, mas não quero transigir.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Infelizmente está no Pequeno Expediente, não pode conceder aparte.

Deputado José Maria, o Regimento não permite aparte no Pequeno Expediente.

O SR. DURVAL AMARAL

Faço questão de trazer essas informações aos senhores.

Gostaria de ler aqui a carta do Ministério da Fazenda, para que ficasse registrado nos Anais desta Casa. Mas vou fazer um requerimento à Mesa pedindo esse registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de voltar à questão da inauguração da Casa de Custódia, ontem efetuada pelo governador do Estado, lá em Londrina.

É uma reivindicação de três décadas que a sociedade londrinense vem lutando. Agora, depois de três décadas, a comunidade de Londrina conseguiu a realização dessa obra. E anunciado pelo governador que, nas instalações da antiga Delegacia de Polícia, o casarão amarelo na Rua Sergipe, será um centro cultural muito importante para o desenvolvimento daquela região.

Quero aqui lamentar profundamente a greve existente nas universidades do Paraná. É um assunto pouco debatido aqui, mas que vem causando um problema

muito sério para todos os lados, o governo, os grevistas e a comunidade de um modo geral. Por um lado os professores que merecem a reposição, e por outro o governo que não pode fazer essa reposição, principalmente das perdas salariais este ano, em função da Lei da Responsabilidade Fiscal.

A preocupação também está sendo com o vestibular deste ano. Especificamente em Londrina, a UEL recebe lá acima de 30 mil candidatos para o vestibular. Há uma movimentação no comércio, nos hotéis, nas casas noturnas, nos postos de gasolina, enfim, há um giro total em torno do vestibular da UEL. Estamos vendo que a cada dia que passa, começa a se esgotar o tempo e a dificuldade da realização do vestibular. Só com a UEL haverá um prejuízo enorme para toda a comunidade. Sem contar aqueles alunos que estão em fase de término de curso, com formatura, pessoas que estão com cursos de especialização para outros países até. E a greve é uma situação muito difícil. Estamos fazendo um apelo para que o governo mostre algum percentual para o fim da greve. Há um desgaste profundo por parte dos funcionários, dos professores e também dos alunos.

Este semestre os alunos da UEL não tiveram aulas. E agora, retornando, já não há mais calendário, mais tempo. E os cursos, em especial da universidade nossa, que no ranking é uma das melhores ou a terceira melhor do País, começa a perder e perder muito com essa situação.

Então, estou ponderando aqui, acho que ambas as partes deveriam ceder, tanto o governo como os grevistas; o que não pode é a comunidade sofrer deste mal.

Agora, queria deixar preliminarmente aqui, senhor presidente, colocada a nossa preocupação, porque estou sendo cobrado pela imprensa no Norte do Paraná. E ontem casualmente, fui abordado pelo tema, e como o conhecimento era pouco, deixei até para voltar a falar a hora que tivesse maior conhecimento, que é já divulgado pela imprensa esse projeto de lei do Tribunal de Justiça do Paraná, que está aqui para ser discutido em caráter de urgência na Assembléia Legislativa, criando nas cidades, não só cargos de juízes, desembargadores, o que a justiça precisa; mas também um “carrossel da alegria” na criação, segundo me informaram, de cartórios nas comarcas do Paraná.

Gostaria, senhor presidente, de usar o Horário do meu Partido, o PTB.

Gostaria de dizer que não sei, não conheço a fundo o projeto, se está na Comissão de Justiça; até como membro da Comissão vou conhecer essa matéria. Mas, essa farra com aumento de custas judiciais; com aumento de custas em cartório; com a criação de novos cartórios; esse desgaste não estou querendo passar: chega já o que temos nos desgastado aqui, para projetos às vezes antipopulares.

A cobrança é forte, na medida em que o Norte do Paraná é ativo nessas questões, tem participação no acompanhamento das discussões de matérias como essas.

Não vou aqui fazer um festival e um carrossel de emprego; criação de cartórios ao bel-prazer, só pela vontade do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; com todo respeito à Justiça, até pela formação acadêmica de advogado, que possuo.

Um outro assunto, é que estamos juntos com alguns outros parlamentares, participando dessa Comissão Especial que estuda a questão das universidades públicas no Paraná. Como relator dessa matéria, estamos tendo dificuldades na medida em que os dados que precisamos estão todos contidos nas escolas, nos campi, que estão neste momento em greve.

Então, queria, até como relator, acho que o presidente também, deputado Ribas Carli já deve ter feito a sua manifestação, mas até em caráter oficial, para que a imprensa tome conhecimento, não há como prosseguirmos em qualquer tipo de investigação sem que as universidades estejam abertas, principalmente a questão de contabilidade, de pessoal, para que a Comissão possa adentrar nos pedidos que tem a fazer, em função dessa greve.

Então, tenho comigo que está atrasando um pouco o trabalho dessa Comissão, mas não vai prejudicá-la de todo, porque a hora outra, que as universidades voltarem, evidentemente, que vamos fazer esse trabalho, que há um interesse muito grande por parte de toda comunidade ficar sabendo.

Já deu mais ou menos para apurar só com o depoimento do Secretário da Ciência e Tecnologia, de que o Paraná gasta, realmente, mil reais *per capita* para manter cada estudante no seu curso superior. Pai, mãe, aquele que faz faculdade em curso particular, sabe que mil reais é uma mensalidade realmente elástica; é bastante e é muito pouco para quem recebe, segundo os campi, segundo as universidades, os cursos superiores. E é muito também para o Estado, que repassa.

E uma curiosidade que já conseguimos detectar é que, enquanto os Estados, por exemplo, como o Rio Grande do Sul, tem seis cursos mantidos pelo Governo Federal, seis universidades federais; o Rio de Janeiro tem doze; Minas Gerais, dezesseis; o Paraná, que está agora entrando no ranking como quarto Estado da população, tem apenas a Universidade Federal do Paraná, deputado Tiago, que me ouve, como ensino pago pela União!

Não é possível que o Estado do Paraná que produz tanto, tenha que ter a responsabilidade de pagar todos os cursos superiores existentes aqui e apenas uma universidade federal.

Acho que o papel do Estado é esse mesmo. Mas, enquanto nós aqui no Paraná estamos bancando o curso superior e quer dizer que estamos bancando mesmo, porque a Universidade Estadual de Londrina é a terceira na preferência, por exemplo, dos paulistas, querem a USP em primeiro lugar; em segundo a Unicamp e em terceiro lugar a gratuidade do ensino no Paraná, que é a Universidade Estadual de Londrina.

É evidente que a Constituição permite isso, é constitucional a matéria, mas o que não é justo é o Estado do Paraná ficar subsidiando o ensino superior para outros Estados, enquanto a responsabilidade do ensino de 1º e 2º graus, que é de responsabilidade do Estado, fica defasado em função de todos esses gastos.

Acho que devemos, inclusive aqui, incorporarmos uma campanha, quem sabe para o ano que vem, no sentido de tentarmos federalizar pelo menos uma universidade, que poderia ser a de Londrina, que é a que mais gasta, e aí o Governo do Estado teria uma sobra suficiente de dinheiro. Quem sabe até para o aumento de salários dos professores da rede de 1º e 2º graus, que tem sido a educação, o “calcanhar de Aquiles” do governo Jaime Lerner.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Grande expediente, deputado Irineu Colombo.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, vejo aqui na Ordem do Dia, uma mensagem do Executivo, pedindo crédito suplementar para a Secretaria da Segurança, e essa mensagem não passou na Comissão de Orçamento.

E há um entendimento, já com aval do presidente da Casa, Hermas Brandão, uma questão de ordem que fizemos há alguns dias atrás, que todas as mensagens que digam respeito a orçamento, deveriam, obrigatoriamente, passar na Comissão de Orçamento.

Então, peço a V. Exa. que retire da Ordem do Dia, e que seja encaminhado para a Comissão de Orçamento, e tão logo chegue lá, daremos o parecer, como temos feito em todas as mensagens que lá chegam mesmo em Regime de Urgência.

Temos cumprido religiosamente o prazo, e entregue à Mesa Executiva, para apreciação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No momento da votação, quando chegar no item, a presidência vai decidir sobre a questão de ordem levantada por V. Exa.

Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

A eleição municipal de Curitiba, em que os recursos financeiros dispendidos nela, fizeram com que 1% dos votantes mudassem de lado, foi evidentemente, o suficiente para que o deputado Ângelo Vanhoni não viesse a ser o prefeito da nossa capital.

Mas, além desse fato, em que a Folha de São Paulo desnudou toda campanha com altíssimos custos, do prefeito Cássio Taniguchi após a eleição o governo da Prefeitura Municipal, Ademir Bier, mudou! Porque o nosso candidato do PT, que no 2º turno foi apoiado por vários

partidos, nós defendíamos uma proposta, que a nossa capital não podia ficar no marketing ecológico. Puro marketing!

Tinha que ter “bolsa-escola”, tinha que ter o “programa saúde da família”, tinha que ter uma atenção melhor à criança, através das creches, e assim por diante.

Era a proposta do deputado Ângelo Vanhoni.

Era uma proposta social.

O que fez o prefeito assim que tomou posse?

Transformou o slogan! Curitiba não mais capital ecológica, capital social!

O marketing fantástico!

Agora, vamos lembrar ainda, que perdura a propaganda da “folhinha da ecologia”.

O que acontece, qual o procedimento desse governo, com relação à ecologia, com relação aos interesses sociais?

Eu tomei conhecimento, através de uma publicação da revista Veja, que um grande empreendimento está sendo feito próximo ao Parque Barigui.

Conversei com algumas pessoas sobre esse empreendimento que diz assim: Um novo parque em Curitiba.

Um novo parque? Fui ver o nome do Shopping, é Park Shopping alguma coisa. E recebi, depois que as pessoas ficaram sabendo que eu estava interessado no assunto, documentos que alguns funcionários da Prefeitura procuravam apresentar e, apresentaram para alguns vereadores de Curitiba, e trouxeram a mim, através de um funcionário meu, esses documentos que comprovam as falcaturas que têm por dentro da Administração Pública Municipal para favorecer esse empreendimento.

Outros empreendedores, deputado Nelson Tureck, tentaram apresentar projetos semelhantes em outros lugares da Capital, de Curitiba e não obtiveram sucesso, porque as exigências legais foram cumpridas à risca. Como eles não apresentaram documentação ou, muitas vezes, apresentavam e foram liberados os que não apresentavam não foram liberados.

Neste caso, sem a liberação com o Alvará já vencido, a empresa já está fazendo propaganda do empreendimento, com várias irregularidades que passei a citar aqui:

1) O Park Shopping, que é o nome do empreendimento, pretende funcionar como uma área comercial em uma área de preservação ambiental e de construção limitada ao uso residencial. Quer dizer, a Lei de Zoneamento fala; ali é área de preservação. Ao par dela só pode ser construído residências. Mas, aí existe o acerto, o acerto interno, porque esse Shopping vai ter Apart-Hotel, que eles incluíram como se fosse residência. É uma forma de você, de certa forma, passar um pouco pela legalidade.

O Shopping que está sendo feito pelo grupo Multiplan e Bozano, quer implantar o projeto aprovado pela Prefeitura, pelo IPUC, sem computar áreas do corredor central, os edifícios do estacionamento, que ocupam área e avança para a margem do Rio Barigui. O pavimento superior de duas lojas âncoras - as lojas âncoras são aque-

las que são doadas para grandes lojas para serem chamarriz, as chamadas lojas âncoras, eu também não entendia esse termo e estou aprendendo aqui - e eles colocaram como se essas lojas âncoras, que ficam no segundo pavimento, fossem mezanino da loja de baixo, portanto não é uma loja a mais. Então, aproximadamente sete mil metros quadrados não foram computados e apresentados para a Prefeitura, que fez de conta que não viu.

Cerca de trinta mil metros quadrados de estacionamento com duas torres, que também não foram computados no projeto aprovado pela Prefeitura. Pela Legislação, tudo o que for construído acima do solo é área construída computável. Em um edifício de apartamentos, comercial ou Shopping, os estacionamentos construídos acima do nível do solo são computados. Nesse caso, nesse Shopping não foram computados. À área do corredor central, que corresponde a aproximadamente quatorze mil metros quadrados, também não foi considerada como área construída.

Para aprovar o projeto e conceder o Alvará de construção, tem que ser apresentado o Rima. Até agora a empresa só tem o Relatório Ambiental Prévio. É obrigatório apresentar o Rima, porque aquela área é uma área de preservação ambiental. O Relatório Ambiental Prévio é só para aquelas áreas que, evidentemente, estão fora de áreas de preservação.

O jornal Gazeta do Povo, do último dia dez, apresenta a decisão do juiz José Roberto Pinto Júnior, da 4ª Vara da Fazenda, que interdita a obra por conta de uma ação movida pelo ex-secretário, inclusive de meio Ambiente, o advogado Vitorio Sorotiuk, representando uma associação de Meio Ambiente de Araucária que, vendo esse assunto, impetrou a ação e o juiz concedeu liminar.

O projeto ocupa todos os mais de quarenta e quatro mil metros quadrados de terreno e, não uma parcela como querem fazer crer os empreendedores.

Mais do que isso, na área do Parque Barigui existem matas ciliares e a construção provocará danos certos à fauna e à flora. E eles, com a proposta de mitigação, de compensação, estão querendo construir na proposta para a Prefeitura, a Prefeitura aceitou 30 metros quadrados de mata nativa, tamanho de uma seleta, uma sala, 30 metros quadrados de mata de reposição. Ali é uma área de várzea com nascedouro de rios e tudo mais. O empreendimento, quando eles vão vender, eles falam que custa 14 milhões, mas para um projeto da Prefeitura, eles falam que o empreendimento custa 2 milhões, para, evidentemente, escapar da avaliação criteriosa que deve ser feito pelo IPPUC. Além disso, prevê alguns acertos locais, como pontes, como bueiros, como desapropriação de moradores em situação irregular e tudo mais, e eles colocam para atender a construção de viadutos, de pontes, de áreas de desaceleração, apenas 150 mil reais!

Portanto, um absurdo o valor que eles colocam, porque não irão fazer. Além do que, tem várias concessionárias de automóveis que têm que ser indenizadas para eles executarem a obra. Evidentemente vão fazer o

empreendimento, depois vão alegar que não tiveram a condição de fazer a desapropriação e não vão fazer absolutamente nada, apenas o compromisso de papel, conforme se prevê aqui, olhando os documentos.

As contrapartidas, portanto, exigidas pela Prefeitura, são ridículas, e as condições colocadas não tem como eles executarem as contrapartidas: ponte, bueiros, área de desaceleração, área de manobra e tudo mais. O absurdo está em documentos colocados aqui, o alvará está vencido e eles continuam executando a obra. Além do que, um pedido foi protocolado às 10h00 horas, despachado em três minutos, e aprovado em 15 minutos pelo IPPUC, aqui em Curitiba. Agora, o problema não é tanto administrativo que cabe à Câmara Municipal investigar; o espantoso é que estão construindo uma obra, e é a minha reclamação, em uma área de preservação ambiental.

Evidentemente, então, fazendo uma comparação, o Governo abandonou efetivamente a tese que aqui existia uma capital ecológica, porque se permite construção de empreendimentos, praticamente, em cima do Rio Barigüi e não se olha a questão ambiental: nós temos problemas de enchentes, o rio não vai ter como ser dragado, o estacionamento vai até em cima do rio, é um absurdo o que está se cometendo!

Já passei as informações para os vereadores da Câmara Municipal de Curitiba para tomarem as providências das irregularidades, dos absurdos que se cometem para a liberação de determinados empreendimentos na capital e também para provar que deixou de ser ecológica.

Realmente eles estão detonando a capital, as áreas de prevenção para os interesses meramente especulativos. Por exemplo, havia uma reivindicação de construção de habitação popular em algumas áreas semelhantes a essa, a Prefeitura negou, nega habitação popular, mas permite investimentos especulativos completamente irregulares.

O que está acontecendo com a Capital do Estado é um crime ambiental, um crime contra a qualidade de vida, que vai prejudicar famílias, o Meio Ambiente, o problema das enchentes, dos afluentes que vão para o Rio Barigüi. O absurdo se comete aqui com absurdas irregularidades que acompanham o processo de liberação desses empreendimentos.

Eu tenho para receber outros documentos que informam que outros empreendimentos assemelhados estão acontecendo, para uns são liberados, para outros, nem tanto. E sempre nesses empreendimentos tem sócio ligado ao Governo.

Empreendimentos normais têm dificuldades, para empreendedores ligados ao Governo, têm, facilidades. Portanto, estamos identificando um problema seriíssimo e essa questão, empreendimentos no valor de 14 milhões, não só interessa para Curitiba, interessa para o Paraná, agora, bem empreendimentos, não com falcatrúas, com “chuncho” por dentro da Prefeitura.

Concedo um aparte ao deputado Algaci Tulio.

O Sr. Algaci Tulio

Acho que V. Exa. traz para esta Casa um assunto importante, que diz respeito à nossa Cidade à nossa Curitiba, Capital do Estado do Paraná. Aliás, já se começa um questionamento muito antigo, a respeito ainda do Shopping Mueller, que desapropriou ou comprou uma área próxima, para estender o seu estacionamento do outro lado da Rua Mateus Leme, que ontem, lamentavelmente, acabaram derrubando várias árvores. Quando o cidadão comum tem o perigo de um pinheiro, que pode cair em sua casa, tendo dificuldade, dificilmente consegue derrubá-lo, o Shopping Mueller conseguiu derrubar uma dezenas de árvores, quem sabe mais, aí.

Agora, esse empreendimento também, na frente do Parque Barigüi, que também coloca mais uma vez um questionamento em discussão, a questão ambiental acima de tudo, a questão viária, uma saída para Ponta Grossa, no seu retorno, uma passagem de via rápida, um retorno de via rápida, em um local que é muito discutido. Acima de tudo até porque traz V. Exa. também algumas denúncias, que já estão sendo bastante comentadas na cidade, de possível favorecimento.

Eu não quero acreditar que o prefeito Cássio Taniguchi se sujeite a esse tipo de coisa. É preciso que o prefeito fique de olhos abertos, no sentido de ver quem é que está atuando nesse sentido, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Obras, o IPPUC, para que verifique com toda a clareza o que é possível, o que é legal e o que não é legal.

O mesmo proprietário desse novo shopping, seria o mesmo proprietário do Moinho, recentemente, inaugurado como uma casa de diversão, de cultura, no Bairro Rebouças, que já está também trazendo reclamações de moradores. Parece que o empreendimento, quem sabe em uma compensação daquele estabelecimento do antigo Moinho Curitiba, para esse empreendimento do Parque Barigüi e do Shopping Mueller.

O questionamento que faz V. Exa é importante. Eu também iria citar alguma coisa nesse sentido, mas aproveito o aparte, aqui, - muito embora o papel principal seja da Câmara Municipal de Curitiba -, esta Casa não pode se furtar de fazer esse tipo de fiscalização, de trazer esse debate a respeito da Cidade de Curitiba. Temos sérios problemas em Curitiba, especialmente, na liberação de alvarás, para shoppings, grandes investimentos. E, coincidentemente, quase todos de um mesmo grupo.

Por isso, é que chamo realmente a atenção de todos.

Quero me somar também nesta sua preocupação. Em um primeiro instante, muito mais em uma preocupação. Quem sabe na sequência entrando no campo da denúncia e da cobrança.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Obrigado, deputado Algaci Tulio. É de louvar a lucidez de V. Exa., que é conhecedor da situação.

Tenho todos os documentos que me foram apresentados. Das pessoas que vieram conversar comigo, vou exigir comprovações. Vou providenciar para V. Exa. alvará - todos os termos estão aqui. Esse é um procedimento, que como falei em meu discurso e V. Exa. reforça, de investigação da Prefeitura, que cabe muito mais aos vereadores. A nós interessa, por exemplo - V. Exa. lembrou bem - o local de alto tráfego, que é a BR-277. Isso não interessa só para Curitiba, interessa para o Paraná. A questão do Rio Barigüi interessa para o Paraná. Os empreendimentos têm que vir, aqui, e têm que ser estimulados em áreas adequadas. O que pode ocorrer? Algumas têm privilégios em áreas nobres, inclusive de preservação ambiental. O outro, se quiser fazer empreendimento, tem que "roer osso". Então, não dá. Temos que ver como isso terá funcionado.

O nosso questionamento, hoje, a nossa preocupação é basicamente com a questão ambiental - facilidades para alguns. As informações dão conta de facilidades irregulares e ilegais e para outros o rigor absoluto da lei.

Tem outros documentos que estão para chegar, que vou reunir e aproximadamente farei, possivelmente, uma denúncia ao Ministério Público, a partir do momento que eu estiver com todos os documentos, que comprovam esse modo de operação da Prefeitura de Curitiba e do IPPUC.

Obrigado.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças.

(Todos declinaram)

Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/2001, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declarada de Utilidade Pública a Fundação Compubras, com sede e foro no município de Santa Terezinha de Itaipu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovada a Emenda.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, na Ordem do Dia de ontem, dia 20.11.01, nós temos no item 15 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 002/2001, de autoria do Poder Executivo.

Se V. Exa. chegar ao fim do mesmo verá, que esse projeto de lei está em Regime de Urgência.

Veja bem, "ontem".

O Regime de Urgência nem foi votado! Quer dizer, foi elaborada a pauta da Ordem do Dia, depois o líder do Governo entrou com o Regime de Urgência, logicamente *a posteriori*. E esse projeto apareceu no Regime de Urgência ontem, e hoje também.

Quero lembrar V. Exa. que inclusive nós deixamos de votar por falta de quórum, um pedido do deputado José Maria Ferreira adiando por cinco Sessões, a tramitação desse projeto de lei, que trata do código de saúde dos servidores públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Waldir Pugliesi; esclarecendo a V. Exa. que houve um erro por parte da assessoria, na hora da elaboração da Ordem do Dia.

Esse projeto não está em Regime de Urgência.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que autoriza o Poder Executivo a criar a delegacia da Mulher no município de Colorado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CDH. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/2001. A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, fica

autorizada a desapropriar a área descrita no Decreto nº 4.842, de 30 de setembro de 1998, de propriedade da Emater - Paraná, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. EMENDAS DE PLENÁRIO, EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 494/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, oriundo de mensagem do Poder Executivo, objetiva autorizar a Sanepar a desapropriar a área descrita no Decreto nº 4.842, de 30 de setembro de 1998, de propriedade da Emater.

A referida mensagem informa que a área objeto da pretendida desapropriação é utilizada pela Sanepar nas obras da Barragem do Rio Iraí.

A autorização pretendida pelo Poder Executivo, visa legalizar uma situação de fato, procedimento este que deveria ser prévio à construção da barragem do Iraí. Nota-se que primeiro a Sanepar utilizou a área para apenas agora pedir autorização legislativa com vistas a desapropriar a Emater.

Contudo, ainda que tardia, a regularização é necessária, e assim sendo o parecer é favorável. Com emenda anexa.

Sala das Comissões, em 19.11.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator.

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 494/2001

Acrescente-se ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 494/2001, de autoria do Poder Executivo Estadual, o parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da desapropriação de que trata esta lei, correrão por conta do orçamento próprio da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

Sala das Sessões, em 19.11.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoio:

Marcos Isfer, Algaci Tulio, Duílio Genari.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 494/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, autorizada a desapropriar a área descrita no Decreto nº 4.842, de 30 de setembro de 1998, de propriedade da Emater - Paraná, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da emenda apresentada em Plenário, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 26.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator.

Apoiamento:

Algaci Tulio, Ademar Traiano, Carlos Simões, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Plauto Miró Guimarães, Geraldo Cartário, Marcos Isfer, José Maria Ferreira.

Há Emenda da Comissão de Obras e Emenda de Plenário.

Em discussão o Projeto, ressalvadas as Emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a Emenda da Comissão de Obras.

Em votação.

Aprovada.

Emenda de Plenário, com parecer favorável da CCJ.

Em votação a Emenda.

Aprovada.

O Projeto irá para 3ª discussão e votação.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2001, que institui o Sistema de Assistência à Saúde aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas da administração pública do Estado do Paraná, bem como aos policiais militares do Estado ativos, da reserva remunerada e reformados e seus dependentes. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia por (02) duas Sessões - **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere. Solicito do senhor 1º secretário que faça a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(Procede à chamada nominal)

Responderam à chamada nominal, trinta e três senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Há quórum para votação e para prosseguimento da Sessão.

Solicito aos senhores deputados que tomem seus assentos para que a Mesa possa proceder à verificação de votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para esclarecimento, há um requerimento do deputado José Maria Ferreira, pedindo para adiar por cinco Sessões.

É isso que estamos votando agora?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

É isso mesmo.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Nós questionamos ontem a votação desse projeto em relação à ausência do parecer da Comissão de Saúde da Casa. Entendemos que é um projeto polêmico, mas que acima de tudo também é um projeto de interesse do servidor público do Estado. E nós não podemos também, de repente, retardar essa discussão.

Queria fazer um apelo ao requerimento do deputado José Maria Ferreira e do deputado Neivo Beraldin, que retirassem esse requerimento hoje. Não estou nem defendendo o líder do governo, estou defendendo porque também sou questionado e sou cobrado, que retirassem esse requerimento e que nós aprovássemos hoje em 1ª Discussão, a constitucionalidade desse projeto. Aí, segunda-feira, ele vem, ou amanhã ele virá para 2ª Discussão. Vai receber emendas e retorna à Comissão. E aí vamos ter tempo de discutir.

Estou fazendo essa minha colocação, que é colocação do deputado Algaci Tulio, no interesse daqueles que me procuram.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente e senhores deputados.

Nós estamos tendo um entendimento de que para o servidor público do Estado do Paraná esse projeto de lei, que se transformará em lei, com certeza é da maior importância. Com toda certeza, se nós retirássemos por cinco sessões, nós não teríamos mais tempo hábil para votar isto antes do recesso parlamentar, que todos nós sabemos que, votado, quando voltasse para a Ordem do Dia se votaria em 1ª, quando viesse em 2ª com certeza vai ter muitas emendas esse Projeto; voltaria às Comissões e não teríamos tempo de votar antes do recesso.

O que tenho conversado com o deputado Vanhoni, com o deputado Waldyr Pugliesi, enfim com as lideranças partidárias, e gostaria de um entendimento nesse momento, é que, retira-se o requerimento, votamos a sua constitucionalidade, ele só voltaria à Ordem do Dia, com entendimento com o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, na terça-feira. Na terça-feira, com toda certeza, todas as emendas poderão ser apresentadas, o

projeto retornaria à Comissão de Constituição e Justiça, nós teríamos tempo hábil o suficiente para ouvir os servidores. O Governo tem disposição de avançar naquilo que for possível, inclusive fazendo concessões para que os servidores possam ser bem atendidos com esse plano de saúde.

Então, faço um apelo aos deputados da Oposição, para que entendam a disposição da Liderança do Governo, a disposição do governo de buscar um entendimento nesse projeto, que aliás o deputado Hermas Brandão tem sido até muito feliz quando coloca que o Estado do Paraná vai ter um desembolso de 5 milhões. Isso vai pesar para os cofres públicos do Estado do Paraná, mas o Governo do Estado está disposto a arcar com esse ônus, porque entende que investir no servidor público na questão da saúde é uma questão de direito de todo funcionário público do Estado do Paraná.

Então, encareço, reitero para que retiremos esse requerimento e votemos em 1ª para que só a semana que vem ele retorne em 2ª. E assumo, aqui um compromisso, não vou requerer Regime de Urgência; estava o pedido na mesa, na Sessão de Ontem. Retiro esse requerimento, vamos dizer, só insistirei no Regime de Urgência na última semana antes do início do recesso se, porventura, nós não conseguimos aqui chegar a um entendimento antes disso.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, apenas para dizer que o deputado José Maria estava dizendo que vai manter o requerimento e eu acho que é hora de ir a voto, a fim de que possamos votar, visto que sequer há parecer da Comissão de Saúde e sequer há a presença hoje do Presidente da Comissão de Saúde e também do relator.

Eu acho que adiar, por cinco sessões é o mais sensato e vamos, então, a voto.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, acho que nós tínhamos que por em votação. Acho que este é um assunto de grande importância para o servidor público do Paraná e é estranho que a Comissão de Saúde não tenha apresentado ainda o parecer, neste Projeto. Eu estou aqui como deputado, de um lado os servidores públicos que estão desamparados porque o IPE foi sucateado pelo Governo Jaime Lerner, foi arrebatado e nós não podemos deixar os servidores públicos na mão.

De forma que precisamos achar uma saída com a maior brevidade possível. Assim, solicito que V. Exa. encaminhe a votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, nós estamos com uma dificuldade porque há o interesse da parte dos deputados, especialmente aqui, nesse caso, falo pela bancada da Oposição, em que seja votado. Agora nós também preci-

samos ter responsabilidade, porque o próprio conjunto dos servidores entende que o projeto é danoso ao funcionalismo público. E, em função de um entendimento estabelecido aqui, especialmente pelo Presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, os demais líderes da Oposição, eu concordo com a suspensão, não por cinco mas por duas Sessões, porque aí permite que possamos fazer a discussão e ainda votar neste período de Sessões o Projeto que é de interesse de todos nós.

Agora, não podemos pagar o preço de votar no afogadilho, é preciso discutir, é preciso que tenhamos condições de realizar um bom trabalho, neste sentido.

Portanto, reitero a V. Exa. que ao invés de cinco sessões, como está no requerimento nós postulamos a suspensão por duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. então requer a retirada do projeto por duas Sessões?

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, quero fazer um adendo a tudo isso também dizendo que num entendimento com o presidente, com o líder do Governo, com o deputado Ângelo Vanhoni, Waldyr Pugliesi, José Maria, a retirada do projeto por duas Sessões, abre-se na segunda-feira um espaço para as lideranças dos servidores públicos, as entidades, ocuparem aqui, durante o Grande Expediente, a tribuna da Assembléia, para fazerem suas colocações.

Com base nessas colocações, o projeto voltando na terça-feira, para 2ª Discussão, nós teremos condições de fazer as emendas necessárias. Ele retorna então à CCJ, e na sequência vem ao plenário para discutir. Agora é preciso que haja também, deputado Durval Amaral, um pouco mais, não vou dizer de responsabilidade, mas um pouco mais de afinco por parte da Comissão de Saúde da Casa.

Ontem eu questionei a ausência do parecer da Comissão mais importante da Casa no projeto, e nem hoje, sequer, veio. Eu imaginava que hoje, pela manhã, a Comissão de Educação se reunisse, extraordinariamente, fizesse o parecer e que ele estivesse anexado hoje ao Projeto. E isto não aconteceu!

Então, para que o projeto só possa voltar na terça-feira, também, ficaria condicionado, ainda, que a Comissão de Saúde e fizesse na segunda-feira sua reunião, e que pensasse ao projeto, na terça-feira, já, seu parecer a respeito deste projeto.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Só para esclarecer que o deputado Relator da matéria, Fernando Ribas Carli, se comprometeu e disse, ontem, aqui, que vai apresentar em nome da Comissão de Saúde, um Substitutivo Geral ao projeto.

Então, a Comissão de Saúde discutiu à exaustão, até onde nós sabemos, este projeto que tramita na Casa. E, efetivamente, vai dar seu parecer e vai apresentar um

Substitutivo Geral, contribuindo para que seja melhorado ainda mais o projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Consulto o deputado Durval Amaral, depois deste entendimento de retirada por duas Sessões, se V. Exa. mantém a verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Não. Retiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Aprovado o requerimento.

Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 002/2001.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 42/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal que liga o município de São Miguel do Iguaçu, ao Distrito de São Jorge. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/2001, de 14.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 42/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 42/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de São Miguel do Iguaçu ao distrito de São Jorge. O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala Das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO- Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 42/2001

P A R E C E R :

O projeto em tela, de autoria do deputado Eli Ghellere, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de São Miguel do Iguaçu, ao distrito de São Jorge.

Ressaltamos o mérito do projeto, pois entendemos que em função da situação financeira que se encontram os municípios do Estado do Paraná, a conservação de uma rodovia não se coloca como prioridade para os prefeitos e já que esta rodovia foi asfaltada pelo Governo do Estado, a sua estadualização só viria a contribuir com o desenvolvimento da região garantindo a manutenção da estrada.

Assim, o parecer é favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 25.04.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da Rodovia Costa Oeste até base náutica do município de Itaipulândia. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/2001, de 12.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 43/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 43/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da denominada rodovia Costa Oeste até a base náutica do município de Itaipulândia. O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 43/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Eli Ghellere, que propõe a estadualização de trecho da rodovia Costa Oeste, não encontra nenhum impedimento para ser aprovado.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 09.05.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que altera o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 13.030, que destinou recursos para o município de Morretes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. CF e CO. EMENDA DA CO. **(Publ. no DA nº 059/2001, de 15.05.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 185/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 185/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, altera o objetivo do plano de

aplicação da Lei nº 13.030/2000, (Lei Orçamentária), que destinou recursos para o município de Morretes.

Sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 185/2001.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 185/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo alterar o objetivo do plano de aplicação da Lei nº 13.030 (Lei Orçamentária Anual), que destinou recursos para o município de Morretes.

A doura Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 185/2001

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, altera o objetivo do plano de aplicação da Lei nº 13.030, que destinou recursos para o município de Morretes.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Esta Comissão de Orçamento, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, parágrafo 4º do Regimento Interno, altera os recursos de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) destinado para Auxílio Transporte Escolar: fica 120.000,00 (cento e vinte mil reais) destinado para construção de escola e R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para reforma de escola, e o valor de 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) destinado para Drenagem e Limpeza do Rio Bom Jardim e seus canais, passa o seu objetivo para Aquisição de Caminhão Coleta de Lixo que não é Lixo.

Conclusão

Pelo exposto, somos de parecer favorável do presente projeto de lei na forma da Emenda Modificativa em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 185/2001

O artigo 1º, do Projeto de Lei nº 185/2001, passará a vigorar com a seguinte redação.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os objetivos do Plano de Aplicação da Lei nº 13.030, de 28 de dezembro de 2.000, na parte que destinou recursos para o município de Morretes, alterando as seguintes expressões: a) do valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) destinado para Auxílio Transporte Escolar, fica R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) destinado para Construção Escola na localidade de Barreiros” e R\$80.000,00 (oitenta mil reais) para “Reforma de escola na Vila Ferroviária”. b) do valor de 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) destinado para Drenagem e Limpeza do Rio Bom Jardim e seus canais, passa o seu objetivo para Aquisição de Caminhão Coleta de Lixo que não é Lixo.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator.

Aprovado.

O SR. NEREU NOURA

Senhor presidente, gostaria que V. Exa. registrasse meu voto contrário a este projeto, porque ele é inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2001, de 21/05/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 199/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Ricardo Chab o projeto em questão autoriza o Poder Executivo a instituir o “Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres” no Estado do Paraná.

O projeto, que objetiva promover a distribuição igualitária de cadáveres não reclamados ou doados a todas as Instituições de Ensino Estadual e Particular de 3º Grau, que possuam em seus currículos a disciplina de anatomia e/ou pesquisas científicas em cadáveres, é de

elevado mérito, já que verificou-se ao longo dos trabalhos da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado nesta Casa de Leis, um número elevado de irregularidades envolvendo a distribuição de corpos às Instituições de Ensino.

Certamente a criação de um Conselho de Distribuição de Cadáveres viria sanar o problema, pois estaria normatizando esta distribuição, além de fiscalizar os atos praticados nesta área. Mas, mesmo tendo o legislador excelente intenção, o projeto de lei padece de inconstitucionalidade pois a matéria incorre em vício de origem, já que conforme preceitua o artigo 66 da Constituição Estadual, em seu inciso IV:

“Art. 66: Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre:

I - ...

II - ...

III - ...

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública”.

Diante do exposto e sendo o objeto do projeto de lei em análise matéria estritamente administrativa, a mesma compete essencialmente ao Poder Executivo, pelo que somos de parecer contrário ao projeto, e sugerimos ao autor, dada a importância da questão, envie o mesmo ao Poder Executivo a título de sugestão.

Sala das Comissões, em 19.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 199/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Ricardo Chab, objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir o “Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres, vinculado à Secretaria de Estado de Ensino Superior, Ciências e Tecnologia.

Dito Conselho tem como atribuição específica normatizar e controlar a distribuição equitativa de cadáveres não identificados, reclamados ou doados às instituições de ensino superior existentes no Estado, que contenham em seus currículos a disciplina de Anatomia ou pesquisas científicas em cadáveres. Dada a reconhecida dificuldade que as escolas de Medicina e outras que ministrem tais matérias encontram na disponibilização de corpos humanos para a realização de seus estudos, a medida ora proposta é de significativa importância.

Não obstante a douda Comissão de Constituição e Justiça tenha se manifestado contrariamente ao projeto, em face da inconstitucionalidade apontada esta Comissão de Educação, à qual compete a análise de mérito, não pode adotar outro entendimento senão pela aprovação da

proposta dada a importância que a mesma encerra em seu conteúdo para as instituições de ensino antes declinadas.

Nestas condições o parecer é favorável, opinando pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 199/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre deputado Ricardo Chab, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres, vinculado à Secretaria de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Referido Conselho terá como atribuição normatizar, na forma que especifica, a distribuição de cadáveres não identificados, reclamados ou doados às instituições de ensino superior existentes no Estado, que contenham em seus currículos de anatomia ou pesquisa científica, em cadáveres.

A douda Comissão de Educação, apresentou parecer manifestando-se favoravelmente quanto ao mérito da medida proposta, pelos significativos benefícios que proporcionará às instituições de Ensino Superior do Estado.

Tendo em vista a motivação expedida e, ainda, por encontrar consonância na Lei Federal nº 8.501, de 30 de novembro de 1992 (cópia em anexo), esta Comissão de Saúde Pública nada tem a opor quanto ao prosseguimento do projeto, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar e instalar uma companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná, em Paiçandu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. (Publ. no DA nº 147/2000, de 30.10.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 361/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Maia, o presente plano de lei autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar e a instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná, em Paiçandu.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a opinar, entende que a criação e instalação da Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná no município de Paçandu, irá melhorar as condições de segurança da população local. Com o aumento populacional da região, torna-se necessária a ampliação da estrutura de segurança no Município.

Conclusão

Procedida a análise, concluímos que inexiste qualquer óbice de natureza constitucional, legal e regimental, encontrando-se, a referida matéria em condições de prosseguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 361/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Ricardo Maia, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Governo do Estado do Paraná, a criar e instalar uma Companhia da Polícia Militar do Estado do Paraná em Paçandu.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende a necessidade de se ampliar a estrutura de segurança do município de Paçandu e com isso trazer melhorias à população.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

Aprovado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA

Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A mesa defere e solicita ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

30 senhores deputados responderam à chamada. Vamos proceder à verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Não tenho o intuito de contestar o resultado anunciado pela Mesa, mas eu requeiro que seja feito novamente chamada nominal, porque efetivamente não temos 30 deputados; nós temos 23.

Para que não haja constrangimento de nenhuma das partes, eu requeiro que haja novamente chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós vamos proceder à verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não existe regimentalmente questão que fundamente esta questão do deputado Durval Amaral. A Mesa tem que receber o respeito do Plenário. Está anunciado o número e eu gostaria que V. Exa. colocasse em votação a matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós vamos colocar em votação e vamos proceder à verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tenho mais uma outra questão a acrescentar, o deputado que respondeu à chamada para o projeto que vai ser colocado em votação vale um voto, mesmo que não esteja em plenário, segundo o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vamos proceder à verificação de votação. Item nº 9 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 361/2000. **Aprovado.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de São Miguel do Iguazu ao distrito de Aurora do Iguazu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/2001, de 12/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 044/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 044/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de São Miguel do Iguazu ao distrito de Aurora do Iguazu.

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 044/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 44/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de São Miguel do Iguaçu ao distrito de Aurora do Iguaçu.

Por tratar-se de uma proposição com valor meritório por sugerir a estadualização de uma rodovia que interliga um município a um distrito, e ser esta, uma estrada de alto escoamento da produção agrícola produzida naquela região, em vista de os municípios envolvidos não possuírem recursos para a manutenção da mesma, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.05.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar a Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos - PR. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 013/2001, de 12/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 46/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre deputado Augustinho Zucchi, autoriza o Poder Executivo a criar e instalar a Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que a matéria em tela por possuir caráter autorizatório, atende aos dispositivos legais. Assim sendo, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 46/2001

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Augustinho Zucchi, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder

Executivo a criar e instalar a Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos / PR.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição trata-se de uma reivindicação das mulheres do município de Dois Vizinhos para diminuir as dificuldades que as mesmas encontram para expor os seus problemas.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre a exigência de conhecimento de história, geografia e atualidades sobre o Estado do Paraná no processo seletivo de vagas em instituições de ensino superior. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2001, de 21/03/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 074/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, tem por objetivo dispor sobre a exigência de conhecimento de história, geografia e atualidades do Estado do Paraná nas disciplinas de história e geografia, no processo seletivo de vagas em Instituições de Ensino Superior.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, apresentamos emenda corretiva pelo fato de os processos seletivos de vagas para as Instituições de Ensino Superior para o ano de 2002 já terem iniciado.

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 074/2001

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 74/2001 tem por objetivo alterar o artigo 2º, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O disposto nesta lei será aplicado pelas instituições de ensino superior, a partir dos exames seleti-

vos para preenchimento de vagas para o ano letivo de 2003”.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 74/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do nobre deputado Antonio Carlos Belinati, objetiva a inclusão de conhecimentos sobre história, geografia e atualidades do Paraná, na seleção de candidatos para ingresso em cursos superiores, nas instituições de ensino mantidas pelo Estado.

Submetido o projeto à apreciação prévia da Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, esta emitiu Informação, sob nº 002/2000, a respeito do assunto - texto em anexo - no sentido de que as Universidades dispõem de autonomia didático-pedagógica para elaboração de seus programas educacionais, inserção de conteúdos curriculares no processo seletivo para ingresso no Ensino Superior, bem como na definição de critérios com vistas à seleção dos candidatos, observadas as normas gerais previstas em Lei Federal e, quando for o caso, do respectivo Sistema de Ensino.

A Lei Federal referida, trata-se da “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” e esta não cria nenhum óbice à pretensão do autor.

Analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, o projeto recebeu parecer favorável, com ressalva ao seu artigo 2º, ao qual apresentou emenda no sentido de projetar o prazo de vigência da medida proposta, para o ano de 2003, dado à exigüidade de tempo para a implementação da medida no próximo ano.

Esta Comissão de Educação, à qual compete a análise de mérito, manifesta-se pelo acolhimento da medida proposta, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo, ao forçar a expansão, no meio acadêmico paranaense, do conhecimento da história, da geografia e assuntos gerais do nosso Estado, matérias tão esquecidas e até ignoradas pela maioria da população paranaense.

Considerando o exposto, o parecer é favorável à aprovação do projeto, opinando para que seja recepcionada a emenda apresentada pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.11.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/2001, que dis-

põe que fica excluída da Delegacia de Ordem Social a competência para registro de estabelecimento de hospedagem, e que as atividades atingidas pela exclusão serão realocadas em setores pertinentes no âmbito do Departamento da Polícia Civil, mediante ato do Poder Executivo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado (Publ. no DA nº 090/2001, de 25/06/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 259/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe que fica excluída da Delegacia de Ordem Social a competência para registro de estabelecimento de hospedagem, e que as atividades atingidas pela exclusão serão realocadas em setores pertinentes no âmbito do Departamento de Polícia Civil, mediante ato do Poder Executivo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, constatamos que a matéria encontra-se apta para seguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 259/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa dispor que fica excluída da Delegacia de Ordem Social a competência para registro de estabelecimento de hospedagem, e que as atividades atingidas pela exclusão serão realocadas em setores pertinentes no âmbito do Departamento da Polícia Civil, mediante ato do Poder Executivo.

Fundamentação

Tal propositura já foi devidamente analisada sob o aspecto da sua constitucionalidade e legalidade pela Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, de acordo com o parágrafo 9, do artigo 33, observa este relator que nada encontrou que impeça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo exposto, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei nº 6.139, que declarou de Utilidade Pública a Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 352/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, visa alterar o artigo 1º da Lei nº 6139, que declarou de Utilidade Pública a Associação Feminina de Educação à Criança Excepcional.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/2001, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Internacional de Impactos Culturais, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado (Publ. no DA nº 131/2001, de 24/09/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 471/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Internacional de Impactos Culturais, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ELI GHELLERE - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários Municipais de Londrina - AFML, com sede e foro no município de

Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado (Publ. no DA nº 138/2001, de 01/10/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 493/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários Municipais de Londrina - AFML, com sede e foro na cidade de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/2001, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação Ruralista de Canaã - ARNC, com sede e foro na cidade de Diamantina do Norte - PR. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado (Publ. no DA nº 140/2001, de 03/10/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 498/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Ruralista Nova Canaã (ARNC), com sede e foro no município de Diamante do Norte.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 498/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Ruralista Nova Canaã, (ARNC), com sede no município de Diamante do Norte e foro no município de Nova Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.11.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Guaraituba, com sede e foro em Colombo - Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 147/2001, de 15/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 521/01

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Guaraituba, com sede e foro no município de Colombo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 06.11.2001
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária para desenvolvimento da terceira idade, com sede e foro no município de Bandeirantes. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 160/2001, de 30/10/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 565/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária para Desenvolvimento da Terceira Idade, com sede e foro no município de Bandeirantes.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.
Sala das Comissões, em 06.11.2001.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/2001, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com denominação de assistente de segurança e simbologia 9-C. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **(Publ. no D.A. nº 093/2001, de 27/06/2001 - Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 287/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de Assistente de segurança e simbologia 9-C.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 05.09.2001
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 287/2001

Art. 1º - Ficam transformados, da lotação no Departamento da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão, símbolo 9-C criados pelas Leis, 7.880 de 20.7.84, 10.701 de 10.1.97 e 10.818 de 25.5.94 de assistente de segurança para agentes administrativos.

Art. 2º - Os agentes administrativos terão por atribuição assessorar nos trabalhos internos de unidade policial civil ficando vedado o exercício de qualquer atividade inerente a funções que decorrem de cargos específicos de carreira da Polícia Civil, em destaque a de delegado de Polícia.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias e já previstas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º - São requisitos necessários para a nomeação no cargo de agentes administrativos:

- a) Comprovação de escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente;
- b) Submeter-se a teste psicotécnico;
- c) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

Art.5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 05.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

JUSTIFICATIVA:

A redação, ora proposta, ajusta-se às vedações que decorrem do artigo 144 da Constituição Federal.

“ § 4º - Às Polícias Cíveis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ...”

“ as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais.”, cujo exercício funcional é expressamente atribuído a ocupantes de carreiras típicas de polícia judiciária, sujeitos a concurso público. Autoridades policiais, auxiliares e seus agentes, componentes das carreiras especificadas na lei complementar nº 89/2001 do Estado do Paraná constituem bloco que integra o conjunto da Polícia Civil, de exercício exclusivo, senão privativo.

A presente proposta de lei adequa-se à ressalva do item II, *in fine*, do artigo 37 (Emenda Constitucional 19 de 14.06.98):

“... ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.”

...e a exceção permitida e que se sobressai do item V atendendo tanto ao caso específico (assessoramento) como as condições mínimas exigidas para preenchimento e que esta proposta estabelece.

A urgência da proposta decorre de mandamento do Supremo Tribunal Federal em recentes decisões e, fundamentalmente acorde com o posicionamento jurídico firmado em parecer da Procuradoria Geral do Estado e que se acresce de manifestação formal da OAB, Seccional do Paraná.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 287/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de Assistente de segurança e simbologia 9-C.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa, porém na forma da emenda que segue anexa.

Esta comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento nº 3976, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Estou encaminhando à Mesa um requerimento solicitando retirada deste projeto da ordem do dia, por uma Sessão.

O SR. NEREU MOURA

Quero encaminhar contrário o requerimento do deputado Durval Amaral, porque é um projeto imoral, cabide de emprego do governo do Estado.

Somos contrário à retirada da ordem do dia.

O SR. WALDIR PUGLIESI

A Liderança das Oposições encaminha o voto contrário ao pedido da Liderança do Governo, projeto com o qual a Oposição não tem nenhuma concordância.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Só para ficar claro. Na verdade a mensagem enviada à Assembléia Legislativa se expressou mal. O termo exato seria este. Ela diz: “ cria na Secretaria de Segurança Pública com lotação no departamento de Polícia Civil, 328 cargos. “Na verdade não cria, está transformando aqueles conhecidos delegados “calças curtas” em função de uma decisão do STF em agentes administrativos, sem função de delegados de polícia. Não há aumento para o erário público. É simplesmente uma transformação, cumprindo uma determinação do STF. E o substitutivo da CCJ corrige essa impropriedade.

Deputado Waldyr Pugliesi, deputado Nereu Moura podem ficar tranquilos, não haverá aumento de despesas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação o requerimento.

O SR. NEREU MOURA -

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Cinco deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. Vinte e dois rejeitam.

Está em votação o projeto.

Convido o 2º secretário Antonio Anibelli para que venha assumir a 2ª Secretaria, uma vez que o deputado Tiago Amorim está se retirando da Sessão.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente, pela ordem!

(Assentimento).

Essa é a manobra clara! É uma atitude menor desta Casa! Vossa Excelência está se retirando da Mesa?

O SR. TIAGO AMORIM

Quero comunicar a Vossa Excelência que temos um compromisso inadiável.

Agora, exijo respeito também de Vossa Excelência com relação à minha pessoa.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Quero deixar registrado que essa é uma manobra da Mesa, que não engrandece este Poder.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Quero lembrar ao deputado Waldyr Pugliesi, com todo o respeito, que não é manobra da Mesa. Estamos presidindo a Sessão, quem está secretariando é o deputado Tiago Amorim, não é o 2º secretário. Ele pediu à Presidência que convidasse o 2º secretário, porque tem que se ausentar do Plenário.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

O secretário que se ausenta e nós aqui da Oposição...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Alguém venha substituí-lo.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Não iremos substituir coisa nenhuma!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Aí teremos que suspender a Sessão!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Artigo 166, parágrafo 2º: “É vedado a qualquer deputado retirar-se do recinto, no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma. E caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.”

De forma que, o deputado que se ausentar do Plenário vai ficar o voto dele, senhor presidente! O Regimento não permite.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não colocamos ainda, não foi anunciado resultado, nada!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Perfeito.

Mas, veja bem, foi feita a chamada nominal...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Para o requerimento, deputado Nereu Moura, não para o projeto.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Requerimento que faz parte do projeto!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Nereu Moura, estamos em fase de discussão do projeto, o deputado Durval Amaral estava encaminhando para o projeto, e durante esse tempo, o deputado Tiago solicita que quer se retirar do Plenário.

E qual é a obrigação da Presidência da Casa? Convidar o titular que está presente! Se o titular não estiver presente, convoca-se imediatamente o substituto legal; se o substituto legal não estiver, convoca-se qualquer deputado.

Se não comparecer ninguém para assumir a Secretaria, vamos suspender os trabalhos da Sessão.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. não está interpretando corretamente o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Corretíssimo, deputado Nereu Moura!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

V. Exa. tem que aguardar eu falar, deputado Elio Rusch! V. Exa. é o presidente, deixe eu falar!

“É vedado a qualquer deputado retirar-se do recinto, no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma.” O requerimento oficial faz parte da votação do projeto, deputado Elio Rusch, por isso que os deputados que responderam à chamada devem ser considerados pela Mesa como presentes na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós consideramos presente na votação do requerimento, deputado Nereu Moura. Não procede a Questão de Ordem de V. Exa.

Está com a palavra para encaminhamento, deputado Durval Amaral e solicito ao 2º secretário, deputado Anibelli, para que venha proceder a substituição.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, embora V. Exa. tenha a liberdade de tomar decisão, enquanto presidente da Sessão, quero lembrar a atitude do deputado Hermas Brandão, quando presidia uma Sessão e no momento em que se verificava a votação, considerou o voto presente ao deputado Tony Garcia por ter se retirado exatamente da 2ª Secretaria.

Então, acho que V. Exa, poderia ter o mesmo procedimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Augustinho Zucchi, sobre essa questão a Presidência já decidiu.

Quando o deputado Hermas Brandão considerou presente, um dia que estive presente, o deputado Neivo Beraldin, estava se votando um projeto requerimento. E agora, quando vou proceder à verificação de votação, a chamada nominal, foi para o requerimento e não para o projeto. São duas votações, deputado!

Consideramos presentes os trinta deputados na votação do requerimento!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

V. Exa. anunciou em votação o projeto!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Do requerimento!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Não.

Posteriormente, V. Exa. anunciou em votação o projeto!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós anunciamos a discussão do projeto e o deputado Durval Amaral está encaminhando o projeto, deputado Augustinho!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Perfeitamente.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Fico às vezes me questionando até eticamente, porque tenho sempre tido o maior respeito pela Oposição.

Ontem, os nobres deputados da Oposição saíram do plenário, esvaziaram o plenário, derrubaram a Sessão. Em nenhum momento, eu questionei. É uma manobra regimental, legal.

Sinceramente, se eu estivesse no lugar, a qual peço respeito, do deputado Tiago Amorim, eu me levantava da Mesa e ia embora! E se fosse também o Tureck, me levantava da Mesa e ia embora, e não tinha que dar satisfações a ninguém! Aqui, o parlamentar faz o que quer, dentro dos limites regimentais. Não cabe a outro parlamentar questionar a sua ação.

A Sessão não pode prosseguir sem gente na Mesa.

Se a Oposição, nesse momento, quer derrubar o projeto, tem todo o direito. Mas vamos cumprir o Regimento! A Oposição que coloque então o 2º secretário na Mesa e um 1º secretário se os que estão na Mesa se ausentarem. Não há constrangimento nenhum; isso é o legal.

Agora, por favor, vamos questionar a atitude aqui, de um deputado eleito, respeitoso, como é o deputado Tiago, que precisa se ausentar?!

De jeito nenhum! Não é função minha, não é função de nós parlamentares, fazemos isso! E, com toda certeza, tenho absoluta isenção em dizer: esse projeto não cria cargos, deputado Waldyr Pugliesi, apenas transforma. Se tivermos o cuidado, a cautela, de analisarmos o que está aqui, um parecer, um substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao deputado Durval Amaral, que devo interrompê-lo, uma vez que estamos sem 1º secretário na Mesa. Chamaria o deputado Valdir Rossoni para que assuma os trabalhos.

Convido o deputado Antonio Anibelli, deputado Cesar Seleme.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Estou pedindo pela ordem, e posso pedir!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pode, mas deixe primeiro convocar o secretário!

O SR. CAÍTO QUINTANA

O senhor não vai conduzir a Sessão como está pensando, deputado Elio Lino!

Vocês assumam a responsabilidade que quiserem, de tirar gente da Mesa. Agora, não vem com esse artifício de convidar gente daqui, porque nós não vamos. Cabe manobra regimental, mas não do estilo dessa que está feita. Que aliás, eu não vi acontecer na Casa! De fugir da cadeira da Presidência para que não tenha Sessão! Assumam perante a Imprensa! Publiquem à imprensa do Paraná, que pela vez primeira, ao sentir que se perde uma votação, tira-se um membro da Mesa! Da Mesa! Para que caia a Sessão!

Encerre a Sessão, senhor deputado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Primeiro vou convidar.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Não, não precisa convidar, porque a Oposição não vai! Nós não vamos nos prestar a esse papel!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Edno Guimarães, deputado Nelson Garcia. Nenhum dos substitutos.

O SR. NEREU MOURA

Quero parabenizar o deputado Tiago Amorim Novaes, que foi firme e que ficou ali, mesmo com a pressão da Presidência para que ele saísse da Mesa.

Parabéns ao deputado Tiago Amorim Novaes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Faço o convite a qualquer um dos senhores deputados que queira assumir a 1ª Secretaria.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente!

Apenas para fazer uma constatação. Está faltando base aliada do Governo.

Os deputados, poucos que estão aqui, não querem sequer sentar à Mesa!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido, ninguém quer assumir a 1ª Secretaria?

Ninguém quer assumir.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3845, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 22 às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 361/2000; 042, 043, 044, 046, 074, 185, 199, 259, 352, 471, 493, 498, 521 e 565.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 287, 470 e 477/2001.

Convido ainda, os senhores deputados para a Sessão Solene a realizar-se quinta-feira, dia 22, às 17 horas, em comemoração à Data Nacional da Consciência Negra, 306 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Levanta-se a Sessão.